

O XIX Congresso do Partido Comunista da China: Uma Nova China?

Eiiti Sato¹

O congresso do Partido Comunista da China, realizado entre 18 e 24 de outubro, é um evento que se realiza a cada cinco anos e tem significado semelhante à cerimônia de posse do Presidente dos Estados Unidos, que se realiza a cada quatro anos. Tal como nos EUA, mesmo nos casos de reeleição, é o início de um novo mandato e o Presidente anuncia prioridades, iniciativas e os principais objetivos que sua administração pretende atingir. As semelhanças, no entanto, não vão muito além desses aspectos. No caso da China o Congresso do PC se reveste de muitos outros significados e abre espaço para muitas análises e especulações sobre a luta pelo poder, que resultou na continuidade ou na mudança do comando do Estado chinês.

Desafios internos

A política na China está assentada sobre antigas tradições e experiências históricas radicalmente diferentes daquelas vividas pelos Estados Unidos. Ao longo do século que antecedeu a ascensão de Mao Tsé Tung (1949-1976) a experiência política vivida pela China foi a de uma sucessão de governos notavelmente fracos em todos os sentidos. Desde o século XIX não apenas as potências coloniais mantinham formas variadas de dominação sobre a sociedade chinesa, mas mesmo no plano doméstico, sob a dinastia Qing, a China enfrentava sérios problemas de governabilidade. A revolta dos Boxers (1899-1901) foi uma típica manifestação desses intermináveis problemas de governabilidade. John Delury, em seu comentário publicado na famosa revista *Foreign Affairs*, faz um relato dramático da situação da China que antecedeu à tomada de poder por Mao Tsé Tung: *“Nos fins do século XIX a Dinastia Qing era como um touro feroz que sangrava por todos os membros por ter sido lancetado, furado e cortado desde ao anos 1830 – quando os problemas realmente se tornaram óbvios – e, no início do século XX, esperava apenas que o matador desferisse o golpe final”*. Nesse sentido, a maioria dos historiadores entende que o principal legado político do período da China revolucionária de Mao Tsé Tung foi um Estado renovado, fortalecido e bem disciplinado, em condições de manter unidas as províncias e as lideranças locais. Sob um comando absolutista de Mao Tsé Tung e do Partido Comunista as instituições do Estado e seus governantes recobram a autoridade e o controle a ponto de fazer com que o Go-

¹ Professor of the Institute of International Relations of the University of Brasilia

verno Central fosse capaz de elaborar e implementar políticas eficazes com o objetivo de promover uma modernização ampla, rápida e consistente para a China.

Apesar de tudo, como a velha sabedoria chama a atenção, todo sucesso gera problemas. Uma indústria ao ser muito bem sucedida no lançamento de um novo produto, deve saber que, no momento seguinte, terá que administrar problemas gerados pelo sucesso. Entre outros problemas, provavelmente terá que lidar com níveis inéditos de necessidades de capital, enfrentar concorrência em mercados com os quais não está acostumado e terá que se adaptar a novos mecanismos operacionais de muito maior complexidade. Internacionalmente, a era nuclear foi produto de um notável sucesso científico e tecnológico, mas seu advento trouxe consigo ameaças inéditas e preocupantes para toda a humanidade. Do mesmo modo, com os países, políticas bem sucedidas inevitavelmente também trazem consigo novos problemas, especialmente em se tratando de uma nação como a China que compreende uma população de cerca de 1,3 bilhão de pessoas e uma série de diferenças regionais muito maiores e mais complexas do que as que estamos acostumados em um país como o Brasil. Além disso, a dimensão do sucesso também aponta para novos problemas a serem administrados: por três décadas a China foi capaz de manter uma taxa de crescimento de dois dígitos que a tirou da condição de economia pobre e periférica elevando-a à condição de segunda economia do mundo, isto é, de uma grande potência em todos os sentidos.

O pronunciamento do Chefe do Governo, Xi Jinping, dirigido aos delegados presentes no XIX Congresso do Partido Comunista, apresentou uma longa lista de problemas para serem enfrentados no âmbito doméstico, que incluiu a luta contra a corrupção, a implantação mais efetiva do Estado de Direito e a promoção de mais justiça social. O objetivo implícito na decisão de priorizar o ataque a esses problemas está a preocupação em reforçar a capacidade de exercer com eficácia a governabilidade sobre a nação chinesa e sobre o próprio Estado.

Quando se olha para os números referentes à China, pode-se ter uma ideia da ordem de grandeza dos problemas de governança que o Sr. Xi Jinping precisa enfrentar ao longo dos próximos cinco anos. Administrar e manter o controle político sobre um país composto de regiões e grupos sociais com substanciais diferenças não apenas nas condições econômicas e sociais, mas até mesmo culturais, não se afigura uma tarefa fácil. Se olharmos para o que está ocorrendo na Europa, em especial na Catalunya é possível ter uma noção das dimensões dos problemas de governança em um país como a China, onde a diversidade regional é muito maior e mais variada do que

na Espanha e cujas taxas de crescimento fazem entender que substanciais transformações estão em curso em todo o país. Vale lembrar que recentemente na Itália também houve manifestações de demandas nascidas de sentimentos nacionalistas regionais e, mais importante, também vale lembrar que tais manifestações e demandas por autonomia não têm ocorrido em províncias e regiões pobres e desprezadas pelos governos centrais, mas em regiões ricas e de padrões de vida mais elevados.

Política externa da China e o sistema internacional

O cenário atual das relações internacionais apresenta hoje um fato inquestionável: a China tornou-se uma grande potência global. As dimensões de sua economia, seu perfil geográfico e demográfico e seus recursos de poder militar que incluem armas nucleares e uma grande e bem estruturada capacidade de forças convencionais inquestionavelmente a colocam no restrito grupo de grandes potências globais. Isto significa que a China deve ser reconhecida como grande potência pela demais grandes potências, em especial pelos Estados Unidos, mas significa também que deve estar preparada para assumir mais responsabilidades nas questões internacionais, ao menos se for para ser levado a sério sua retórica de promoção de paz e harmonia na ordem internacional.

É importante lembrar que o status de grande potência não é uma condição que se pode adquirir apenas com retórica diplomática ou com formulações de política externa de qualquer governo. Trata-se de condições objetivas e materiais que uma nação desenvolve e que são relevantes para a ordem internacional. A história mostra que a grande potência é aquela que não pode deixar de ser – mesmo que não queira – um ator relevante na construção e no manejo dos regimes econômicos e políticos internacionais. Nesse sentido, o caso dos EUA do início do século XX é muito ilustrativo. Embora já tivesse se tornado a maior potência econômica e militar, os EUA recusaram-se a participar da Liga das Nações, um fato que os historiadores reconhecem como fator relevante para reduzir substancialmente a credibilidade e a capacidade de ação da Liga das Nações nas questões internacionais em disputa. Na economia, no período do entre-guerras, a recusa dos EUA em tomar parte no estabelecimento de um regime monetário internacional foi muito bem definida por H. v. B. Cleveland em seu estudo sobre o sistema monetário no período, onde concluía que aquela enorme

economia desenvolvendo políticas econômicas autônomas era como “*um touro se movendo na loja de porcelanas do sistema monetário mundial*”.²

Estes são apenas dois exemplos entre os mais conhecidos que ilustram como e quanto pode ser problemática para a estabilidade da ordem internacional a não participação de forma ativa de uma grande potência nos regimes internacionais. No sentido inverso, pode-se observar o longo período de estabilidade da ordem internacional vivida após a segunda guerra mundial, quando, de um lado, os EUA decidiram de forma clara e inequívoca participar ativamente da construção e da administração dos regimes internacionais que foram criados e evoluíram ao longo do tempo, enquanto, por outro lado, também as potências tradicionais compreenderam que essa participação ativa dos EUA era benéfica para todos. Com efeito, após a segunda guerra mundial as potências européias tradicionais e o Japão passaram a entender que os regimes nascentes, sob a liderança dos EUA, não ameaçavam seus interesses, mas ao contrário, eram benéficos aos seus objetivos de paz e de prosperidade. A Guerra Fria havia ajudado a mudar o entendimento dos estrategistas americanos, que passaram a ver na reconstrução da Europa e do Japão elementos essenciais para a ordem internacional e para sua própria segurança. Na realidade, os EUA foram além, e passaram a apoiar outras iniciativas importantes para a ordem internacional como a constituição das Comunidades Européias e, em especial a Comunidade Econômica Européia que iria evoluir para a formação da União Européia. Entre as muitas obras que dão um balanço da participação dos EUA na construção e manutenção dos principais regimes econômicos e políticos depois da segunda guerra mundial está o livro de Henry Nau, publicado em 1990. Na verdade, o objetivo do livro era debater o fenômeno do declínio do poder americano mas, ao fazê-lo, faz um balanço do reconhecimento do acerto da visão dos estrategistas americanos, europeus e japoneses no pós-guerra, que souberam ver na construção de uma ordem internacional estável um passo fundamental para promoção da cultura da paz e da prosperidade.³

O desafio ao poder americano e às outras potências ocidentais

J. Mearsheimer, conhecido teórico das Relações Internacionais, dá uma explicação para um dos problemas centrais da ordem internacional: como manejar as inevitáveis mudanças na distribuição do poder mundial.⁴ Ele qualifica como “trágico” o

² H. V. B. CLEVELAND, *The International Monetary System in the Interwar Period*. In B. M. ROWLAND, *Balance of Power of Hegemony: the Interwar Monetary System*, pp. 1-59, N. York University Press, 1976. (p. 43).

³ H. R. NAU, *The Myth of America's Decline*. Oxford University Press, 1990.

⁴ J. J. MEARSHEIMER, *The Tragedy of Great Power Politics*. W. W. Norton & Co. New York, 2001.

destino das grandes potências porque, em sua avaliação, as grandes potências, mesmo aquelas que estão satisfeitas em viver em paz consigo mesmas, estão fadadas a se engajarem em uma interminável luta pelo poder na esfera internacional. Talvez com palavras menos delicadas o que Mearsheimer está afirmando é que as grandes potências não podem isolar-se e deixar de participar ativamente do processo de construção e do manejo da ordem internacional, caso contrário seria inevitável a repetição do que ocorreu nas primeiras décadas do século XX, quando os EUA, seguindo a tradição começada por George Washington, se recusava a participar ativamente da administração da ordem política mundial.⁵ Os dados recentes mostram que a China está fadada a desempenhar um papel de crescente relevância na ordem internacional e o XIX Congresso do PC chinês tornou claro que seus atuais dirigentes estão dispostos a exercer esse papel. O que parece se afigurar uma perspectiva promissora já que cada vez fica mais claro que o comércio, as finanças e as questões como mudança climática, ou a contenção de governantes agressivos na Ásia ou em outras partes do mundo só poderão ser adequadamente administrados com a participação ativa da China.

Dessa forma, os EUA e outras grandes potências tradicionais deverão considerar a China como um jogador cada vez mais importante no jogo da política mundial não apenas no sentido de compartilhar responsabilidades para promover a paz e o crescimento econômico mundial, mas talvez o mais difícil, no sentido de aceitar o fato de que novos atores, inevitavelmente, trazem consigo novos interesses e novas abordagens para o tabuleiro desse complicado jogo. Um ponto importante é que a China, embora continue proclamando ser uma república socialista, apresenta grandes diferenças em relação à União Soviética dos tempos da Guerra Fria. O notável reavivamento do *confucionismo* revela aspectos muito distintos da China de Mao Tsé Tung. Por exemplo, entre os valores centrais dos ensinamentos de Confúcio (551-479 a.C.) estão “harmonia”, “tradição”, e “respeito aos mais velhos”. Tais valores, obviamente, não combinam – na realidade contrastam – com “luta de classes”, “ditadura do proletariado” ou “revolução proletária mundial”. Existem hoje mais de 500 Institutos Confúcio espalhados pelo mundo que, efetivamente, estão focados no ensino da língua e da cultura chinesas e não na disseminação da doutrina socialista.

⁵ Ao final de seu segundo mandato presidencial, George Washington apresentou seu discurso de despedida (*Farewell Address*, 1796) no qual, entre outros pontos, argumenta que os EUA deveriam promover o comércio ao máximo e evitar, tanto quanto possível, o envolvimento em acordos e arranjos políticos.

Com efeito, o colapso da velha URSS foi um fenômeno essencialmente assentado sobre a incapacidade das instituições soviéticas de acompanhar o dinamismo do capitalismo mundial. A população e as organizações de produção da URSS e de seus países satélites foram mantidos, tanto quanto possível, em isolamento do resto do mundo por meio de um sistema fortemente repressivo, o que constitui uma grande diferença em relação à China. Em larga medida, o colapso da URSS foi um colapso de uma economia artificial desenvolvida por um *politburo* que imaginava que uma economia forte e sólida poderia ser construída em isolamento até que estivesse pronta para sustentar a exportação do comunismo para o resto do mundo. Tomando-se emprestado da Física o conceito de *entropia*, pode-se dizer que os dirigentes da URSS imaginavam que um cubo de gelo posto dentro de um balde seria capaz de congelar a água contida no balde.

De fato, a pragmática integração da China à economia mundial iniciada por Deng Xiaoping aponta para uma direção bem diferente. Talvez a grande questão posta diante de Xi Jinping é saber até que ponto uma China próspera e integrada à economia e à política mundial pode ser compatível com um Estado fechado e autoritário. O que não quer dizer que a alternativa seria um sistema político democrático à moda das democracias ocidentais.

Brasília/Novembro/2017